

APRENDER COM A EXPERIÊNCIA DOS OUTROS

Nos últimos dois meses a comunicação social tem destacado os acontecimentos na Papua Ocidental. Uma situação que, tal como a de Timor-Leste, tem muitos traços comuns com a do Sahara Ocidental.

Na década de 1950 do século passado a Holanda, após ter reconhecido a independência da sua colónia Indonésia, começou a preparar a independência da sua outra colónia, a Papua Ocidental. Em 1 de Dezembro de 1961 realizou-se um Congresso onde foi proclamada a independência, hasteada a nova bandeira – a "Estrela da Manhã" - e entoado o hino do novo país. Mas em 1962 a Indonésia, com o apoio político e militar da União Soviética, invadiu e ocupou o território abrindo um conflito com a Holanda e a população da Papua. Com a mediação dos EUA, que queria arrancar Jacarta à influência soviética (Washington na altura estava a semear a guerra no Vietname), a Indonésia e a Holanda chegaram a um acordo «o qual dava o controlo da Papua Ocidental às Nações Unidas [que] um ano depois o transferia para a Indonésia. Os Papuas nunca foram consultados. Contudo, o acordo prometia-lhes o direito à autodeterminação.» Em 1969, após sete anos de terror em que milhares de pessoas foram assassinadas e presas — um ensaio para o que viriam depois a fazer em Timor-Leste – as autoridades de ocupação organizaram aquilo a que chamaram "*Act of Free Choice*". Invocando que os habitantes eram demasiado "primitivos" para compreenderem a democracia, escolheram 1.026 cidadãos, ameaçaram matá-los e às suas famílias se votassem "erradamente" e deram-lhes a escolher entre a integração e a independência. E o voto foi "unânime" na integração. Apesar dos protestos dos Papuas, das denúncias dos meios de comunicação internacionais e do relatório de um seu funcionário que acompanhou todo este processo, a ONU, sob a presidência do birmanês U Thant, reconheceu o resultado.

Logo em 1970 recomeçou o movimento de resistência ao colonialismo indonésio, particularmente impulsionado pela política de transmigração seguida pelas autoridades que inundaram de indonésios os campos e as cidades da Papua. Nesse ano foi fundada a OPM (Organização de Libertação da Papua) que, apesar da ausência de apoio externo, conseguiu desenvolver acções esporádicas de incidência armada. Com a queda da ditadura de Suharto em 1998, as aspirações emancipatórias ganharam um novo impulso, alimentadas pelo processo de independência de Timor-Leste e por alguma abertura política conquistada às autoridades de ocupação. Em 2000 realizou-se um Congresso reunindo centenas de delegados vindos das várias comunidades do território. O Congresso rejeitou o "*Free Choice*" de 1969, reafirmou a Papua Ocidental como uma nação independente e elegeu um Conselho da Presidência



Fig. 1: Manokwary, 19 Agosto (AFP/Str)

da Papua (PDP). A OPM declarou um cessar-fogo e acreditou-se que Jacarta encetaria negociações visando a independência do território. Mas a resposta das autoridades foi um “regresso ao passado”.

Em 2001 as Forças Armadas entraram em acção em força, reprimindo brutalmente actos como o do hastear da bandeira ou o da concentração de populares, provocando a morte de centenas de pessoas e a prisão de muitas mais. Entre elas Theys Eluay, o carismático presidente do PDP, assassinado pelo exército em Novembro daquele ano.

Nos princípios de 2004 duas proeminentes figuras nas carnificinas que se seguiram ao voto na independência de Agosto de 1999 em Timor-Leste foram enviadas para a Papua. O antigo chefe da polícia Timbil Silaen foi nomeado chefe da polícia na Papua e Eurico Guterres, o antigo chefe de milícias pró-indonésias, foi encarregado de organizar milícias na região de Wamena, no interior do território.

No início do seu mandato presidencial em 2014, Joko Widodo comprometeu-se com a população da Papua a acabar com a violação dos direitos humanos, a levantar o embargo à presença da imprensa internacional e a libertar os presos políticos. Nenhum destes compromissos, porém, teve qualquer concretização, exceptuando os presos políticos que foram sendo substituídos por outros.

Apesar da concessão de um estatuto de autonomia ao território, a questão tem vindo a ganhar espaço na agenda internacional. Em 2017, uma petição organizada por Yanto Awerkion, um jovem activista de 27 anos do Comité Nacional da Papua Ocidental (KNPB), recolheu 1,8 milhões de assinaturas (ou seja, 70% da população) tendo conseguido fazê-la passar para fora do país e entregá-la à Comissão de Descolonização das Nações Unidas. A petição pedia a nomeação de um Representante Especial para investigar as violações dos direitos humanos e o pedido para «colocar de novo a Papua Ocidental na agenda da Comissão de Descolonização e assegurar o seu direito à autodeterminação», de onde foi retirada em 1963. O grupo parlamentar do Reino Unido sobre a Papua apoiou calorosamente a iniciativa. Awerkion foi condenado a 10 meses de prisão por sedição e separatismo e a ONU recusou receber a petição alegando que a Papua já «não consta da agenda».

Ainda em 2017, as alegações sobre a violação dos direitos humanos pelas autoridades indonésias na Papua foram denunciadas, ao fim de muitos anos de silêncio, na sessão do Conselho dos DH da ONU, onde um conjunto de Estados do Pacífico – Nauru, Vanuatu, Tonga, ilhas Salomão, Palau, Tuvalu e ilhas Marshall – lembrou as prisões, os espancamentos, as torturas, as execuções extra-judiciais, a violência sobre as mulheres.

Em Agosto passado o Fórum das Ilhas do Pacífico, realizado em Tuvalu, aprovou uma resolução onde defende que o Conselho dos DH deve investigar a situação dos direitos humanos na Papua Ocidental. Os dirigentes dos Estados do Pacífico «encorajam a Indonésia» a facilitar uma visita da Alta Comissária das Nações Unidas no espaço de um ano a fim de que ela possa apresentar um «relatório informado, baseado em factos» no Fórum do próximo ano.

Aquando das manifestações de celebração do seu “dia da independência” (1 de Dezembro) mais de 500 pessoas foram presas, abrindo-se um novo ciclo de confrontos e violência.

A 14 de Agosto, uma comissão de membros de organizações dos direitos humanos, que inclui as igrejas da Papua Ocidental, tornou público um relatório sobre os conflitos entre as Forças Armadas indonésias e grupos independentistas. Revela que 182 pessoas morreram, maioritariamente mulheres e crianças, algumas às mãos das forças de segurança, muitas de fome e de doença, na fuga das zonas de confronto. Em Julho do ano passado a secção indonésia da Amnistia Internacional tinha alertado para que pelo menos 95 pessoas tinham morrido desde 2010.

Finalmente no dia 17 de Agosto, dia nacional da Indonésia, aniversário da proclamação unilateral da sua independência em 1945, centenas de pessoas cercaram a residência onde estavam alojados 43

estudantes (40 rapazes e 3 raparigas) da Papua, na cidade de Surabaia em Java oriental. O que teria provocado a sua cólera teria sido, diziam, o facto de os estudantes terem recusado celebrar o aniversário da independência e terem desrespeitado uma bandeira da república. Segundo relata a jornalista Evi Mariani no JAKARTA POST, as forças de segurança isolaram a residência, invadiram-na e prenderam os seus ocupantes, enquanto os circundantes gritavam «expulsem esses “macacos”!». A jornalista refere que muitos indonésios consideram os papuas uns ingratos face ao dinheiro que o governo central tem injectado no território para obras de infra-estruturas. «Damos-lhes estradas, desenvolvimento e montes de dinheiro para os fundos para a autonomia especial», dizem. Mas Mariani reconhece: «Contudo, falhámos em dar-lhes o respeito que eles merecem e o reconhecimento de que são nossos iguais. Como cidadãos da Indonésia, têm a mesma oportunidade de protestar quando pensam que estão a ser tratados injustamente.»

E foi precisamente o que fizeram. No dia 19 milhares de pessoas desceram à rua nas cidades da Papua, em Manokwari (onde incendiaram o parlamento regional) e em Jayapura, protestando contra o tratamento de que foram alvo os estudantes e de que são alvo todos os papuas por parte das autoridades e de largos sectores da população indonésia. Muitos dos que protestavam agitavam a bandeira “Estrela da Manhã”. Nos dias seguintes os protestos espalharam-se por outras cidades: Fakfak, Sorong (onde os manifestantes atacaram a prisão, libertando os seus 250 presos, e danificaram seriamente o aeroporto, obrigando à transferência dos voos), Timika, ...

Veronica Koman, uma advogada empenhada na defesa dos DH, disse a THE GUARDIAN: «É urgente resolver o conflito na Papua Ocidental. O governo sabe que as causas do conflito são a história de 1960 e o processo de integração, mas continua a seguir a abordagem errada para solucionar o conflito.» Koman declarou que havia mais de 100 indonésios entre os que tinham sido presos pelas autoridades, sugerindo que «o movimento pró-independência está a crescer entre os indonésios».

E Kornelius Purba escreveu no JAKARTA POST de 27 de Agosto: «Podem rir-se agora de mim se eu prever que o povo da Papua realizará o seu sonho de independência muito antes do que esperam, assim como Timor-Leste se separou da Indonésia após o histórico referendo de 30 de Agosto de 1999.

«Muitos, sem dúvida, culparão os Estados Unidos ou a Austrália se houver uma saída da Papua. Mas vendo o comportamento racial contra os estudantes da Papua e as reacções intensas no território, nós indonésios, e não apenas o governo, só nos devemos culpar a nós mesmos. Nós tratamos os papuas da mesma maneira que tratámos o povo de Timor-Leste.

«Infelizmente, quando a Indonésia celebra sua libertação do colonialismo, um grupo de pessoas, em nome do nacionalismo, exibiu a mentalidade colonial contra outras.»

Entretanto, segundo informação divulgada por meios próximos de movimentos de solidariedade internacional, «têm vindo a realizar-se encontros entre dirigentes de topo do Sahara Ocidental, da Papua Ocidental, da Palestina, da Ambazonia (Camarões Ocidentais) e do Porto Rico, dando origem a uma nova rede de povos que resistem ao colonialismo e ao neocolonialismo contemporâneos», estando prevista a realização em Outubro de uma grande conferência onde esta nova rede pretende participar.

O que podemos concluir desta experiência de luta é que as “autonomias”, “especiais” ou não, não alteram as relações de poder nas sociedades objecto dessa concessão. E como a experiência portuguesa (1961-1974) e timorense (1975-1999) já tinham mostrado, a corrosão da base social de apoio do colono é um passo fundamental na luta pela libertação do colonialismo.